

Plano de Recuperação Judicial

2ª Edição · 2021

Cinira Gomes Lima Melo

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL **2ª EDIÇÃO**

© Almedina, 2021

AUTORA: Cinira Gomes Lima Melo

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556273907

Dezembro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Cinira Gomes Lima
Plano de recuperação judicial / Cinira Gomes Lima
Melo. -- 2. ed. -- São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5627-390-7

1. Atividade econômica 2. Crises financeiras
 3. Devedor e credor 4. Direito empresarial
 5. Falências - Leis e legislação - Brasil
 6. Recuperação judicial (Direito) - Leis e
legislação - Brasil 7. Risco 8. Segurança jurídica
- I. Título.

21-85772

CDU-347.736(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Recuperação judicial empresarial : Direito comercial 347.736(81)
Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
NOTA À 2ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	17
1. Aspectos Históricos do Direito Recuperacional e Falimentar	21
1.1. Falência	21
1.1.1. Do direito romano às codificações europeias	21
1.1.2. No Brasil: do Código Comercial de 1850 ao Decreto-lei nº 7.661/45	28
1.2. Concordata	33
1.2.1. Do direito romano às codificações europeias	33
1.2.2. No Brasil: do Código Comercial de 1850 ao Decreto-lei nº 7.661/45	35
1.3. A Lei nº 11.101/2005: a falência e a recuperação de empresas	38
1.4. A reforma promovida pela Lei nº 14.112/2020	42
2. Recuperação Judicial na Lei nº 11.101/2005	45
2.1. Objetivos	45
2.2. Princípios	52
2.3. Devedor sujeito ao regime recuperacional e falimentar	58
2.3.1. Devedor não sujeito: exclusão expressa	61
2.3.2. Devedor não sujeito: exclusão tácita	65
2.4. Competência	68
2.5. Créditos	70

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2.5.1. Créditos sujeitos	70
2.5.2. Créditos não sujeitos e obrigações não exigíveis	73
2.5.3. Créditos com garantia real e decorrentes de penhor sobre recebíveis	81
2.5.4. Direitos dos credores em relação aos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	82
2.6. Procedimento	83
2.6.1. Legitimidade	83
2.6.2. Condições para o ajuizamento do pedido	87
2.6.3. Petição inicial, decisão que defere o processamento do pedido e seus efeitos	90
2.6.4. Constatação prévia	94
2.6.5. Administrador judicial	97
2.6.6. Verificação dos créditos	100
3. Natureza Jurídica do Plano de Recuperação Judicial	103
3.1. Conceito e conteúdo	103
3.2. Apresentação do plano	106
3.3. Objeções dos credores	108
3.4. Aprovação do plano	109
3.4.1. Aprovação pela ausência de objeções	110
3.4.2. Aprovação pela assembleia geral de credores	111
3.4.3. <i>Cram down</i>	119
3.5. Plano alternativo apresentado pelos credores	123
3.6. Decisão concessiva e seus efeitos	131
3.7. Cumprimento e descumprimento do plano	135
4. Controle de Legalidade do Plano de Recuperação Judicial	143
4.1. Natureza jurídica	143
4.2. O negócio jurídico e a autonomia privada	157
4.3. A intervenção judicial no conteúdo do Plano de Recuperação Judicial	163
5. Existência, Validade e Eficácia do Plano de Recuperação Judicial	175
5.1. A tricotomia existência-validade-eficácia do negócio jurídico	175
5.2. Plano da existência	178

5.3. Plano da validade	184
5.3.1. Causas de nulidade do plano de recuperação judicial	184
5.3.1.1. Cláusulas que violam lei imperativa	196
5.3.1.1.1. Créditos trabalhistas	206
5.3.1.2. Cláusulas que violam princípios aplicáveis à Recuperação Judicial	212
5.3.1.3. Cláusulas em que há abuso de direito	220
5.3.2. Causas de anulabilidade do plano de recuperação judicial	231
5.4. Plano da eficácia	235
5.4.1. Momento a partir do qual o plano de recuperação judicial produzirá efeitos	241
5.4.2. Eficácia do plano de recuperação judicial em relação aos créditos não sujeitos	243
5.4.3. Eficácia do plano em relação às cláusulas que contêm condição ou termo	245
5.4.4. Eficácia do plano de recuperação judicial em relação aos credores titulares de garantias reais e fidejussórias	248
5.4.5. Eficácia do plano em relação aos créditos em moeda estrangeira	260
5.5. Consequências da inexistência, da invalidade e da ineficácia do plano de recuperação judicial ou de suas cláusulas	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	275